



RESOLUÇÃO SESA Nº 277/2014

(Publicada no Diário Oficial nº 9181, de 07/04/14)

Autoriza o repasse do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, destinado ao Incentivo Estadual para as Comunidades Quilombolas, para o exercício de 2014.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 45, XIV da Lei 8.485 de 08.06.1987 e;

- considerando a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro;
- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;
- considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê “Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congêneres”;
- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de “captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde”, cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;
- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: “À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde”, em seu Item III – “compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde”;
- considerando autorização do Senhor Secretário de Estado da Saúde, com fulcro no art. 4º da Lei Complementar Estadual nº 152/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o repasse financeiro no valor total de **R\$ 26.400,00/mês** (vinte e seis mil e quatrocentos reais), do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, habilitados por meio da Resolução nº 253/2009, de forma regular e automática, na modalidade fundo a fundo. O Incentivo corresponde ao incentivo estadual para as Comunidades Quilombolas, para o exercício de 2014.

Art. 2º - Fica definido que os municípios pós-habilitados por meio de Resolução passam a receber o incentivo de investimento, conforme estabelecido no Termo de Adesão que cada município aderiu, conforme detalhado no Anexo I.

Art. 3º - A utilização dos recursos financeiros deverá atender as exigências legais concernentes à licitação a que estão sujeitas todas as despesas da Administração Pública.

Parágrafo Único: A documentação administrativa e fiscal deverá ser mantida em arquivo pelo período mínimo legal exigido.

Art. 4º - Os recursos transferidos serão movimentados sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo.

Art. 5º - A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no Relatório de Gestão: os Municípios deverão comprovar a observância do envio do Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 6º - Poderá a qualquer momento a Secretaria de Estado da Saúde por meio do Controle Interno em parceria com o Fundo Estadual de Saúde, Gestor dos recursos financeiros destinado a ações e serviços públicos de saúde, fazer a verificação “in loco”.

Caso haja comprovado quaisquer irregularidades, estará o responsável sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992 – Agentes Públicos Improbidade Administrativa.

Art. 7º - As transferências de que trata esta Resolução serão suspensas aos municípios habilitados quando:

- I. Constatado durante a vigência do programa, o descumprimento do disposto no parágrafo terceiro do Decreto Estadual nº 7986/2013;
- II. Ocorrer qualquer desvio de finalidade ao programa.

Art. 8º - Os recursos orçamentários objeto desta Resolução correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, devendo onerar os seguintes Programas: Saúde para todo o Paraná.

- I. Ação: Transferência Fundo a Fundo a Municípios – Incentivo Estadual para as Comunidades Quilombolas;
- II. Iniciativa: 4159 – Gestão das Redes
- III. Elemento de Despesa: 3341-41.20

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de abril de 2014.

Michele Caputo Neto
Secretário de Estado da Saúde

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial**



Anexo I da Resolução SESA nº 277/2014

MUNICÍPIOS HABILITADOS PELA RESOLUÇÃO Nº 253/2009

NºS	CÓD. CREDOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BANCO	AGÊNCIA	C/C	VALOR/MÊS R\$
1	98405573	Adrianópolis	0001	3637	58057-0	6.600,00
2	10079523	Agudos do Sul	0104	2864	145-0	600,00
3	10051990	Campo Largo	0104	0385	600000-6	1.200,00
4	10051820	Candói	0104	0389	447-8	1.800,00
5	10051995	Castro	0104	0387	116-8	1.800,00
6	10051998	Cerro Azul	0104	2863	141-1	600,00
7	10055906	Contenda	0104	4547	006-4	1.800,00
8	10090491	Curiúva	0104	0725	373-6	1.200,00
9	98405578	Dr. Ulysses	0001	2537	58040-6	1.200,00
10	10055935	Guaira	0104	0722	197-4	600,00
11	10009228	Guaraqueçaba	0001	2327	58042-2	1.200,00
12	10052043	Ivaí	0104	0401	197-9	1.200,00
13	10055962	Lapa	0104	0393	210-8	1.800,00
14	99634871	Palmas	0001	0615	58042-2	1.800,00
15	10052087	Ponta Grossa	0104	0400	103-5	1.200,00
16	10052119	São Miguel do Iguaçu	0104	3842	50-2	600,00
17	10061041	Tijucas do Sul	0104	3371	31-6	600,00
18	10056040	Turvo	0104	0389	444-3	600,00
TOTAL						26.400,00